

A GUERRA COLONIAL NAS NARRATIVAS MEDIÁTICAS: COMO OS JORNAIS DE PORTUGAL E ANGOLA RECONTARAM UMA EFEMÉRIDE 60 ANOS DEPOIS

Gustavo Freitas

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Ana Teresa Peixinho

Centro de Estudos Interdisciplinares, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

RESUMO

A 15 de março de 2021 completaram-se 60 anos da insurgência angolana que deu início à Guerra Colonial. A data reavivou a memória de um marco interseccional entre as histórias de Portugal e Angola e, por ter ganhado espaço nos média informativos *mainstream*, fez-se oportuna para que se analisassem as narrativas mediáticas que recontaram o conflito. O episódio, que se deu em 1961, foi motivado por uma série de fatores, dos quais se destaca a insatisfação dos povos nativos com o regime de exploração. Nesta investigação, inscrita no campo da narratologia pós-colonial, pretendeu-se compreender de que forma os jornais portugueses e angolanos reportaram esta efeméride. Para tal, recorreu-se a uma metodologia de natureza qualitativa — a análise crítica do discurso — e analisaram-se, de modo exploratório, textos jornalísticos sobre a efeméride em questão publicados nos diários *Público* e *Jornal de Angola*. O objetivo era compreender as diferenças ideológicas entre a abordagem de cada uma das produções mediáticas, assinalando encontros e desencontros, e identificar as estratégias discursivas que moldaram tais narrativas mediáticas contemporâneas acerca de conflitos coloniais. Entre as conclusões está a perceção de que o jornal angolano costurou a sua narrativa a partir de uma perspetiva interna do colonialismo, com uma abordagem dos acontecimentos a partir dos relatos de quem os viveu. Por seu turno, o órgão português pautou-se pelas relações já pós-coloniais que se desenhavam à medida em que avançava a globalização.

PALAVRAS-CHAVE

estratégias de representação, narratologia pós-colonial, abordagem histórico-discursiva, narrativas mediáticas, Guerra Colonial

THE COLONIAL WAR IN MEDIA NARRATIVES: HOW PORTUGUESE AND ANGOLAN NEWSPAPERS RECOUNTED AN EVENT 60 YEARS LATER

ABSTRACT

March 15, 2021, marked the 60th anniversary of the Angolan insurgency that started the Colonial War. The date rekindled the memory of an intersectional milestone between the histories of Portugal and Angola, and, for having gained space in the mainstream news media, it was

opportune to analyse the media narratives that recounted the conflict. The episode, in 1961, was motivated by a series of factors, with the native peoples' dissatisfaction with the exploitation regime standing out. For this research, inscribed in the field of postcolonial narratology, it is important to understand how Portuguese and Angolan newspapers reported this event. To this end, a qualitative methodology — critical discourse analysis — was used, and journalistic texts about the event in question published in the newspapers *Público* and *Jornal de Angola* were analysed in an exploratory way. This paper aims to understand the ideological differences between the approach of each of the media productions, pointing out matches and mismatches, and identify the discursive strategies that shaped such contemporary media narratives about colonial conflicts. One of the conclusions is the perception that the Angolan newspaper sewed its narrative from an internal perspective of colonialism, addressing the events from the accounts of people who experienced them. Meanwhile, the Portuguese newspaper was guided by the already postcolonial relations emerging with the increasing globalisation.

KEYWORDS

representation strategies, postcolonial narratology, discourse-historical approach, media narratives, Colonial War

1. ENQUADRAMENTO

1.1. INTRODUÇÃO

Em 15 de março de 2021, completaram-se 60 anos da insurgência angolana, considerada como um dos marcos iniciais da Guerra Colonial por ter dado abertura às lutas mais incisivas pela independência dos territórios ainda sob o poder do império português em África. A data reavivou a memória de um marco interseccional entre as histórias de Portugal e de Angola. Por isso, e, de modo especial, por ter tido espaço nos média informativos *mainstream* de ambos os países — nomeadamente no diário português *Público* e no *Jornal de Angola* — fez-se oportuna para que se comparassem as narrativas mediáticas que, agora num tempo pós-colonial, recontam a efeméride.

O “pós-colonial” não se refere a uma superação do colonialismo ou ao período seguinte aos processos de independência, mas sim às transformações das relações e à manutenção de dependências, subdesenvolvimentos e marginalizações, típicos do alto período colonial, que aconteceram após a queda dos impérios e a consequente reestruturação das relações globais (Hall, 2001). Com o fim dos regimes coloniais, em plena Guerra Fria, e a complexificação dos processos de globalização, os Estados Unidos passaram a exercer o principal poder, cumulativamente económico, ideológico e cultural, dentro dessas novas relações globalmente reordenadas. Mesmo hoje, com o fortalecimento da China como um elemento não-ocidental de alta influência nas dinâmicas político-económicas globais (Jackson, 2012), ainda é válida a lógica de Stuart Hall (1994) para ajudar a interpretar as relações entre territórios anteriormente interligados pelo colonialismo.

A descolonização das últimas colónias portuguesas, entre outros fatores importantes como o próprio reclame popular pela independência, deu-se sob pressões imperialistas estadunidenses (B. Reis, 2020), o que confirma a sobreposição do poder hegemónico lusófono por um outro poder que guerreava por um estatuto hegemónico global, como explicado anteriormente, e que ainda tem indiscutível influência nos dias de hoje.

A partir das reflexões propostas pela narratologia pós-colonial, que se instaura como uma espécie de descolonização da própria narratologia, como um conjunto de lentes pós-coloniais para olhar as narrativas (Herman & Vervaeck, 2019; Kim, 2012; Prince, 2005), e por meio da análise crítica pós-colonial do discurso, pretende-se saber com que relações de poder estão alinhadas as estratégias de representação contemporânea dos conflitos coloniais.

Esta análise dos média parte do entendimento de que os órgãos de comunicação social ocupam o lugar de provedores dos meios de compreensão social dos indivíduos e de intérpretes da conjuntura sociopolítica para o senso comum (Freitas, 2021). Por isso e pelas limitações impostas pelas narrativas hegemónicas às versões alternativas da história e ao desenvolvimento de posturas críticas (Macedo, 2016), julga-se ser necessária a constante reavaliação dessas representações, especialmente quando estão historicamente conectadas por relações de subalternidade.

1.2. O 15 DE MARÇO NA HISTÓRIA COLONIAL PORTUGUESA

A revolta que se deu a 15 de março de 1961 por parte da União dos Povos de Angola (UPA) foi motivada por uma série de fatores, sendo os mais proeminentes: (a) as articulações independentistas de países vizinhos, especialmente do Congo; (b) as pressões internacionais, traduzidas no debate das Nações Unidas acerca do colonialismo português e na necessidade estadunidense de exercer domínio sobre mais territórios durante a Guerra Fria; e, o mais importante, (c) a insatisfação dos povos nativos com o regime colonial, seu subestatuto legal em relação aos portugueses e as condições de trabalho e exploração da terra, principalmente (B. Reis, 2020).

Um nacionalismo angolano já havia começado a tomar corpo, como uma espécie de resposta às maquilhagens luso-tropicalistas do colonialismo português. Antes do intenso episódio de 15 de março de 1961, outros levantes já haviam acontecido, mas foi a partir deste que o regime português começou a reagir mais intensivamente, dando início ao que ficou conhecido por Guerra do Ultramar e, posteriormente, Guerra Colonial (Pinto, 2019). O episódio em questão, especificamente, consistiu em ataques promovidos por homens angolanos contra os colonos portugueses cuja intensidade “marcou o fim da tranquilidade colonial” (Wheeler & Pélissier, 2016, p. 249).

A importância de se prosseguir o trabalho de análise das narrativas mediáticas (jornalísticas e outras) acerca do passado colonial pode verificar-se na leitura de obras de referência sobre essa guerra (Pinto, 2019; B. Reis, 2020; Wheeler & Pélissier, 2016). Artigos de jornais tanto da “colónia” quanto da “metrópole” vão sendo resgatados como objetos de análise: a partir destes compreende-se e apreende-se de que forma os sentidos eram investidos nos imaginários através da representação de ações e pessoas (Pinto, 2019). Esta leitura reforça o entendimento da instituição mediática como desempenhando um “papel estratégico de composição e de conseqüente cimento homogeneizador da vida coletiva” (Rodrigues, 2015, p. 39), cuja atuação é um importante instrumento de poder no reforço das narrativas hegemónicas.

As reportagens que recontam o passado colonial são postas em contraste para que se perceba como cada órgão de comunicação social — um angolano e um português — tenta intervir e condicionar político-socialmente o espaço público, como aponta Carlos Reis (2018). A intenção de compará-las justifica-se pelo facto de as narrativas contrastantes contribuírem “para a compreensão da ressonância e reconfiguração contemporâneas dos passados coloniais, por meio do exame dos imaginários, palavras e silêncios que são incorporados em sua reconstrução discursiva” (Antunes, 2020, p. 3).

Este entendimento de que factos históricos são reconstruídos discursivamente é o que põe sobre o discurso o interesse da análise. Dentro dos estudos narrativos, o discurso é entendido como sendo a instância em que se articulam os processos de composição que individualizam o modo narrativo e o interesse sobre este componente reforça o carácter transdisciplinar deste campo (C. Reis, 2018). A partir da perspectiva foucaultiana, o discurso pode ser entendido como sendo a instância reguladora dos sentidos e seus significados, tanto em cada narrativa em que estes sentidos são ordenados, quanto na própria interação social, como explica Ruth Wodak (2005). E, por isso, acredita-se na importância de perceber, dentro das narrativas construídas, as forças que as estruturam.

2. CRÍTICA PÓS-COLONIAL, NARRATIVAS E RELAÇÕES LUSÓFONAS

Conectando a discussão aos estudos narrativos, há por parte da narratologia pós-colonial um interesse em perceber como novas e velhas relações de poder moldam identidades. Apontada como um forte exemplo de crítica ideológica, à narratologia pós-colonial interessam as incorporações e resistências de sujeitos aos poderes sociais hegemónicos, bem como o desvelamento do não dito político, tanto do texto como do contexto no qual foi produzido. Em relação a essa problemática que se põe a partir dos textos e de sua importância social, um dos nomes canónicos dos estudos pós-coloniais, Edward W. Said (1978/2021), em *Orientalismo*, discute sobre o quanto essa problematização é importante, visto que determinados textos adquirem maior autoridade e uso do que a própria realidade que apresentam/descrevem. Obviamente, o autor refere-se a uma “atitude textual”, apontando para os estudos literários, campo que tem uma muito mais forte aproximação aos estudos pós-coloniais. Porém, utiliza-se a sua reflexão, que procura ler a textualidade literária e seus efeitos de verdade, por se entender que há uma reivindicação de efeito de real por parte do jornalismo.

Os estudos narrativos pós-coloniais têm como objetivo identificar as estratégias de outrificação e de como o poder e o conhecimento imperiais e sua influência ainda têm impacto nas posições ocupadas pelas populações subalternizadas dentro das narrativas (Herman & Vervaeck, 2019), sejam as dos antigos centros imperiais, sejam as dos antigos territórios colonizados cujas sociedades possam ter sido reconstruídas colonialmente após as descolonizações, como provocatoriamente aponta Spivak (1988/2021). A narratologia pós-colonial, inclusive, constitui-se por si só como uma tentativa de descolonizar os próprios estudos narrativos, não somente transformando este campo num espaço cada vez mais transdisciplinar — como bem pontua Carlos Reis (2018) ao falar

da importância do estudo dos discursos —, mas, sobretudo, propondo um enriquecimento das movimentações resultantes dos estudos (pós-)clássicos por meio de lentes pós-coloniais para se olhar as narrativas (Kim, 2012; Prince, 2005).

A constante análise das narrativas que concernem às identidades construídas sob conflitos de poder faz-se necessária pelo facto de a identidade não ser algo consumado, mas um produto oriundo de um interminável processo de construção por meio das representações (Hall, 1994; Herman & Vervaeck, 2019). A partir da influência do pensamento de Homi K. Bhabha (1994/1998), outro teórico central da crítica pós-colonial, há uma questão importante no contexto da construção narrativa das identidades: como povos historicamente marginalizados se autogovernam e se autodeterminam, neste caso, dentro dos textos que narram conflitos coloniais históricos.

Acabando por estabelecer uma intersecção entre os estudos narrativos e os estudos pós-coloniais, Edward W. Said (1984) chamou atenção para o facto de que estava a cargo dos poderes hegemónicos a decisão sobre a legitimidade das narrativas subalternas. Concomitantemente, o autor também alertou para a importância de investigar as influências do discurso ocidental nas narrativas do resto do mundo, maioritariamente colonizado pela Europa.

Trazendo essa discussão para o contexto lusófono, de acordo com Macedo (2016), o imaginário português está orientado pela ideia de um passado de glória, em que descoberta, expansão e colonização são os principais conceitos que o articulam: essa “ênfase em narrativas hegemónicas sobre a história nacional e o passado colonial limita o acesso dos indivíduos a versões alternativas da história, dificultando assim o desenvolvimento de uma perspectiva crítica” (p. 271).

Quando se trata do contexto lusófono pós-colonial, é preciso reconhecer que há uma reivindicação portuguesa pelo papel central e articulador dessas relações (Cunha, 2007), o que pode implicar a continuidade de uma força hegemónica sobre as narrativas históricas. Não obstante, tal agrupamento multicultural, por meio da língua comum, de acordo com Martins (2014), deveria dispor de uma virtude heterogénea, ao invés de uma empobrecedora homogeneização discursiva — e, conseqüentemente, narrativa —, e de um sentido único, ambos fomentados pelas tendências que remetem ainda à colonialidade.

3. METODOLOGIA: DISCURSOS NARRATIVOS EM ANÁLISE E A (RE)TEXTUALIZAÇÃO DE UM CONFLITO COLONIAL 60 ANOS DEPOIS

Em Portugal, a 15 de março de 2021, entre os principais jornais do país¹, apenas o diário *Público* deu atenção à efeméride: à reportagem intitulada “‘Orgulhosamente Sós’ Começámos uma Guerra” (Lopes, 2021) foram dedicadas uma chamada de capa e o espaço interno de duas páginas. Na edição diária do *Correio da Manhã* não foram encontrados registos e na do *Jornal de Notícias*, na secção “Efemérides”, podia ler-se na sequência da indicação do ano de “1961” (2021) o seguinte texto: “a UPA, União dos

¹ Consideram-se como os principais jornais do país os diários generalistas que, de acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (s.d.), são líderes em circulação paga impressa e digital. Sendo eles o *Correio da Manhã* (Cofina Media), o *Jornal de Notícias* (Global Media Group) e o *Público* (Público Comunicação Social S.A./Sonae).

Povos de Angola, lança os primeiros ataques a fazendas e vilas do norte do país” (p. 37). Esta frase, que menciona apenas a organização política dos cidadãos angolanos e que os põe como autores dos ataques ao próprio país, é a única menção ao facto. Se considerarmos também os semanários, só a revista *Sábado*, de propriedade do mesmo grupo de comunicação que gere o *Correio da Manhã*, deu ao conflito colonial em questão o maior destaque na sua edição de 11 a 17 de março, com uma reportagem de 14 páginas intitulada “As Milícias da Vingança Branca” (2021).

Curiosamente, guardadas as devidas proporções, a repercussão deste marco nos jornais angolanos foi equivalente ao conferido pelos jornais portugueses. Aqui deve-se considerar alguma limitação imposta a esta pesquisa no que se refere ao acesso às produções angolanas, estando limitada ao alcance a dois principais jornais do país (*Jornal de Angola* e *O País*), o que também motivou a restrição da análise aos diários portugueses, apenas, para que se pudesse aplicar alguma equivalência ao corpus. A reportagem “Protagonistas Revivem Revolta do Kitexi” (Fortunato & Gomes, 2021) também mereceu, na edição diária de 15 de março de 2021 do *Jornal de Angola*, chamada de capa e o mesmo espaço de duas páginas conferido pelo *Público*. Assim como o diário português *Jornal de Notícias*, o segundo maior jornal angolano, *O País*, apenas deu conta da passagem da data no artigo: “Nacionalista Defende Revisão do Subsídio dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria” (Mujoco, 2021). Mas isto sem aprofundar o conflito colonial ou fazer qualquer menção ao colonialismo.

Posto isto, na intenção de contemplar narrativas mediáticas minimamente equivalentes entre Portugal e Angola acerca dos 60 anos da Guerra Colonial, adota-se como corpus desta investigação as reportagens do *Público* e do *Jornal de Angola*² que, na exata data em questão, trataram de forma estendida e aprofundada o tema. O jornal *Público*, que é atualmente uma das marcas da multinacional Sonae e que está em ininterrupta atividade desde seu lançamento em 1990, de acordo com Simões (2016), enquadra-se na tradição de jornalismo de qualidade, sendo um caso exemplar no que concerne à modernização e profissionalização da indústria mediática portuguesa. Já o *Jornal de Angola* é o título “oficioso” do Movimento Popular de Libertação de Angola desde sua fundação, em 1975, até a atualidade (Rocha, 2019).

As narrativas jornalísticas em questão serão abordadas histórico-discursivamente, pois interessa saber quais as estratégias discursivas usadas nesta (re)textualização do conflito colonial e a relação dessas estratégias com a história colonial que conecta os dois países. Para a identificação de estratégias discursivas, como explica Reisigl (2018), deve-se responder a algumas questões que aqui são tomadas como perguntas de partida: como pessoas, objetos, fenómenos, eventos, processos e ações são nomeados e referidos discursivamente nas narrativas em questão (nomenclatura)? Quais as características ou qualidades atribuídas aos atores sociais, objetos, fenómenos, eventos, processos e ações mencionados (predicação)? Que argumentos são empregados nessas narrativas mediáticas para recontar um episódio do passado colonial (argumentação)? De que perspectiva essas nomeações, atribuições, argumentos são expressos (perspetivação)?

² A versão online das reportagens pode encontrar-se em <https://www.publico.pt/2021/03/15/politica/noticia/orgulhosamente-sos-comecamos-guerra-1954391> e <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/protagonistas-revivem-a-revolta-de-kitexi/>

Trata-se, pois, de uma análise exploratória, dada a limitação do corpus de análise. Contudo, como se disse, as omissões e silêncios são também plenos de significação. Esta é, aliás, a primeira constatação relevante: uma efeméride de um episódio decisivo na história recente de Portugal e de Angola não mereceu o destaque nem a atenção de considerável parte da imprensa de ambos os países. A análise proposta permitirá apontar diferenças ideológicas entre a abordagem de cada uma das produções jornalísticas — pretensão que dialoga diretamente com a narratologia pós-colonial —, identificando encontros e desencontros narrativos entre as duas produções; e perceber as estratégias discursivas que moldaram as narrativas mediáticas contemporâneas. A partir disso e do quadro teórico já apresentado, estabelece-se a hipótese de que as narrativas deixaram de ser estruturadas por estratégias discursivas coloniais para serem formatadas de forma híbrida por estratégias discursivas conectadas tanto ao colonialismo quanto aos rearranjos pós-coloniais.

Este estudo recorre ao método de análise crítica pós-colonial do discurso por estar interessado tanto nas estratégias discursivas quanto no contexto histórico e nos processos sociopolíticos que influenciaram a sua formação e reprodução nas narrativas mediáticas. A análise crítica pós-colonial do discurso consiste em “uma estrutura teórica e metodológica que, com base na Teoria Pós-colonial e na Análise Crítica do Discurso, enfatiza a necessidade de analisar as representações mediáticas ao colocar as relações de poder pós-coloniais no centro da investigação” (Sabido, 2019, p. 19). A escolha deste método fortalece o movimento pós-colonial de ampliação e desconstrução da própria narratologia e suas possibilidades. Dão suporte a esta estratégia metodológica os conceitos e ferramentas de análise discursiva apontados por Richardson (2007) em *Analysing Newspapers: An Approach From Critical Discourse Analysis* (Analisando Jornais: Uma Abordagem da Análise Crítica do Discurso), especialmente no que concerne ao estudo das narrativas jornalísticas, e as indicações de Machin e Mayr (2012) para identificação de estratégias de representação de pessoas e ações.

O foco analítico deste estudo é, pois, o discurso narrativo através do qual o conteúdo narrativo é apropriado e ressignificado. Richardson (2007) explica essa diferenciação, apontando o conteúdo narrativo como sendo um suposto sequenciamento dos eventos tal como aconteceram na história real, enquanto a forma narrativa diz respeito à sequência por meio da qual os eventos nos são apresentados. No entanto, na linha de Ricoeur (1983), entende-se que o processo narrativo se constrói em três momentos distintos, que não se compaginam com a lógica binária mais formal. A tripla mimese do filósofo francês tem, aliás, sido recuperada no âmbito dos estudos narrativos mediáticos, especialmente por autores como Marc Lits (2008, 2015), Philippe Marion (1997), Gonzaga Motta (2013) e Fernando Resende (2009, 2011). Partindo da conceção aristotélica de mimese, Ricoeur (1983) define a narratividade como o produto da interação dinâmica de três níveis distintos, que correspondem ao potencial narrativo pré-textual (o que Said, 1978/2021, designa como “factualidade” e que corresponde ao substrato real), à textualização (a *mise en récit*, que passa pela organização discursiva e narrativa) e ao ato de receção narrativa. Trata-se, portanto, de um processo dialético e dinâmico entre uma “inteligência” primordial, que capacita a ler a história, e a superfície textual e discursiva

em que esta se manifesta. Deste modo, à medida que as diversas narrativas fazem a textualização do mundo, geram significados que lhe dão o estatuto de forma conceptual de compreender o passado (Babo, 2017). Ora, aqui reside o poder da “máquina narrativa” (Babo, 2017, p. 74), que, retomando Said (1978/2021), tem mais força e autoridade do que a factualidade propriamente dita.

As reportagens em análise, mais do que as notícias e reportagens de acontecimentos quotidianos, são uma (nova) visão sobre a factualidade — construída discursivamente — da qual se espera um amadurecimento crítico, proporcionado pela passagem do tempo e pelos debates que, entretanto, se deram em torno dos conflitos coloniais.

4. A ANÁLISE DE DUAS NARRATIVAS SOBRE O MESMO CONFLITO

Enquanto o *Público* traz uma narrativa quase que restrita aos movimentos de Salazar e de seu alto escalão político-militar — comprovável aferindo-se os sujeitos mencionados que, em sua maioria, são militares —, o *Jornal de Angola* constrói uma história a partir dos relatos de oito angolanos que participaram ativamente das insurgências do 15 de março de 1961.

Reflete-se, agora, sobre as diferentes estratégias de representação utilizadas por ambos os jornais, buscando compreender que discursos orientam contemporaneamente essas narrativas mediáticas.

4.1. ESTRATÉGIAS DE NOMINAÇÃO E PREDICAÇÃO

A narrativa construída pelo *Jornal de Angola* toma como base os testemunhos de oito participantes das revoltas de 15 de março de 1961. O jornal usa marcadores raciais e nativistas³ como predicações para identificar a população angolana. A palavra “branco” aparece duas vezes, mas somente em falas de testemunhos citados. Já as palavras “negro” e “mulato” são utilizadas cerca de 10 vezes ao longo de toda a reportagem, pela voz do repórter (narrador-jornalista), sempre como identificador da origem do sujeito a que foram atreladas. Nos dois primeiros parágrafos do texto pode-se conferir exemplos tanto de marcador racial quanto de nativista:

às 8 horas do dia 15 de Março de 1961, numa quarta-feira, o cipaio Ferraz Fama Panda tocou, pela última vez, o sino que viria a mudar a vida dos *colonos* da vila de Kitexi e a sua relação com os *nativos*. O acto ditou, igualmente, a trajectória da luta até à Independência Nacional, que viria a acontecer 14 anos depois.

Os *filhos dos colonos* mal tinham entrado na única sala de aula, quando ouviram gritos. Depois foi o pânico que se seguiu por todos os cantos da

³ Marcadores raciais e nativistas são predicações que remetem para as características raciais — comumente a cor da pele — e de origem dos sujeitos em questão. Neste caso, entendem-se os marcadores como as formas de diferenciação entre sujeitos utilizadas nas narrativas analisadas como forma de representação.

vila. Eram *jovens negros*, de catanas e canhangulos (armas artesanais) em punho, prontos para pôr fim às injustiças, aos maus-tratos que sofriam há muitos anos [ênfases adicionadas]. (p. 4)

O excerto demonstra a divisão que se faz entre “colonos” e “nativos” (palavra que dá ao outro a conotação de não-nativo, alheio à terra ou estrangeiro) e entre os “filhos dos colonos” e os “jovens negros”. Esta introdução, inclusive, constrói-se com base num antagonismo que opõe os jovens negros — que, com armas na mão, iam pôr fim às injustiças como heróis nacionais — aos filhos dos colonos — que estavam na escola —, ao mesmo tempo em que demarca o privilégio de um grupo em poder estudar, enquanto o outro precisava lutar pela independência de seu país.

Recorrendo a estratégias de impessoalidade e/ou coletivização (Machin & Mayr, 2012), o *Jornal de Angola* usa nomes cujo significado na narrativa remete para uma legitimidade da insurgência (como “protagonistas” ou “combatentes”) e/ou uma ligação ao território em questão — marcadores nativistas (como “angolanos”, “cidadãos”, “compatriotas” ou “nacionalistas”). Pinto (2019) explica que, na propaganda colonial difundida pela comunicação social até meados de 1974, quando se deu a independência, era negado o estatuto de “cidadão angolano” aos angolanos, já que o governo português de então queria alimentar uma homogeneidade imperial, tratando os africanos como “amigos” e “fiéis” aos portugueses. E isso pode explicar os frequentes recursos a estratégias de nomeação de cunho nacionalista/nativista na cobertura jornalística do jornal angolano.

Raramente, como se observa já no subtítulo do artigo, os representantes coloniais são nomeados, aparecendo, na maioria das vezes, coletivizados e/ou generalizados (Machin & Mayr, 2012):

há 60 anos, num dia como hoje, registava-se a Revolta de Kitexi. O Jornal de Angola ouviu *oito participantes da acção que viria a marcar o rumo da luta para a Independência Nacional*. No Dia da Expansão da Luta Armada de Libertação Nacional, os protagonistas relatam as motivações e *falam de inúmeros colonos portugueses mortos*. *Entre os revoltosos, contabilizam cinco mortes* [ênfases adicionadas]. (p. 4)

Quando falam em “oito participantes” e “cinco mortes” dão precisão à informação, o que comunica proximidade e cuidado. Ao referirem-se aos “colonos portugueses”, usam imprecisão e distanciamento — tanto mais notório quanto o contraste com a precisão dos referentes numéricos (“oito participantes” e “cinco mortes”) —, demarcando este grupo como sendo aquele ao qual não se deve o mesmo cuidado e importância.

Enquanto o *Jornal de Angola* estabelece essas diferenciações, mantendo, porém, os representantes coloniais presentes, o *Público* foca-se na figura principal do governo ditatorial português, António de Oliveira Salazar, nos seus ministros e nas relações internacionais portuguesas à data. O que mais se verifica na narrativa do jornal português é a estratégia de supressão, que consiste em atribuir a autoria de ações a não-sujeitos, ou seja, a

agentes que não têm poder de praticar uma ação e cuja função no texto é a de suprimir os agentes reais (Machin & Mayr, 2012), como se percebe ao analisar o excerto abaixo:

isolado internacionalmente, o *regime* parece em desagregação quando, há 60 anos, *Portugal* começa a Guerra Colonial (...). A 15 de Março, os massacres da UPA, de Holden Roberto, no Norte de Angola, apanham Governo e chefias militares de surpresa. Apesar de, a 4 de Março, o *adido militar da embaixada dos Estados Unidos* ter avisado *Lisboa* de que o *Governo norte-americano* tinha informações de que a União dos Povos de Angola preparava acções violentas “para chamar a atenção das Nações Unidas onde se iria realizar um debate sobre o problema angolano”, ninguém ligou. No mesmo 15 de Março, o *Conselho de Segurança da ONU* chumba uma moção de censura a Portugal pela situação em Angola – a convulsão tinha começado a 4 de Fevereiro, com o assalto à prisão de Luanda –, mas os Estados Unidos votam a favor da censura a Portugal [ênfases adicionadas]. (p. 6)

Em todo este trecho destacado apenas Holden Roberto, porta-voz da UPA (Wheeler & Péliissier, 2016), é mencionado nominalmente. Estando aí a representar um ato negativo e a ter seu nome associado aos “massacres”. Inclusive, este sujeito é um dos pontos de encontro entre as duas narrativas, sendo a única personagem mencionada em ambas. Todos os outros, agentes ou pacientes, são representados por meio de estratégias de supressão, o que relativiza responsabilidades históricas.

Outro aspeto a merecer destaque na reportagem do diário português é a forma como discursivamente a jornalista se refere a Portugal, chamado ora como “potência colonizadora”, ora como “capital do império”, numa espécie de representação do país enquanto sujeito por meio do uso de honoríficos (Machin & Mayr, 2012) puramente coloniais que conotam importância, autoridade e até certo autoritarismo.

Também a interrupção da relação de subalternidade é tratada pelo *Jornal de Angola* como “independência”, pondo os angolanos como “protagonistas” do processo, enquanto o *Público* fala em “descolonização”, o que, para Pinto (2019), põe os portugueses como protagonistas ao gerar um sentido de que foi Portugal que libertou (descolonizou) os dominados.

Entre as duas narrativas é possível a comparação entre as formas de nomeação e predicação do evento do 15 de março. Enquanto o *Jornal de Angola* se refere ao episódio como “revolta do Kitexi” e às ações como busca pelo fim de “injustiças [e] maus-tratos” (p. 4), o *Público* fala em “massacres da UPA” e “ações violentas” (p. 6), estando, assim, o primeiro associado ao sentido de insatisfação e de luta pela justiça e o segundo ao de crime e barbárie. Porém, o ato de associar às ações do outro palavras que alimentam significados negativos também é praticado na narrativa do periódico angolano, quando recorre ao termo “vingança” para descrever a réplica portuguesa às movimentações independentistas.

Digna de nota também é a forma como cada jornal qualifica as movimentações de 15 de março de 1961. No *Jornal de Angola*, a “revolta do Kitexi” é descrita como sendo uma “acção que viria a marcar o rumo da luta para a Independência Nacional” (p. 4) e no *Público*,

“os massacres da UPA” são “acções violentas ‘para chamar a atenção das Nações Unidas onde se iria realizar um debate sobre o problema angolano’” (p. 6). Note-se que o jornal português constrói seu argumento a partir da fala de Franco Nogueira, identificado como amigo e biógrafo de Salazar, e a quem é dado o lugar de fonte principal na reportagem.

4.2. ESTRATÉGIAS DE ARGUMENTAÇÃO E PERSPETIVAÇÃO

Relativamente aos processos argumentativos, é importante destacar que, enquanto as figuras centrais da narrativa do *Jornal de Angola* são os “oito interlocutores” que participaram dos movimentos independentistas há 60 anos, no *Público*, este lugar é ocupado por António de Oliveira Salazar. A perspetiva angolana é regionalista, justificada pelo facto de a história se passar essencialmente em território angolano: referem-se aldeias, regiões, comandos; prioriza-se a referência nominal aos próprios angolanos e o outro são os colonos que conviviam com eles. Em contraste com esta espacialização regional, a narrativa do *Público* já é globalizada. É como se pudéssemos observar uma versão colonial (*Jornal de Angola*) e uma versão pós-colonial (*Público*), visto que o periódico português traz Portugal, as Nações Unidas e os Estados Unidos como as personagens principais de sua história recontada. Em momento algum, nas duas páginas de texto do jornal *Público*, se lê sobre uma possível e orgânica demanda angolana por independência. Inclusive, a única passagem que remete para a independência atribui aos Estados Unidos o desencadeamento deste sentimento: “Salazar tinha o trunfo Açores para jogar e jogou-o — diminuindo a pressão pró-independência das colónias africanas desencadeada pelos Estados Unidos” (p. 7). Deste modo, é negado o agenciamento desses povos representados como bárbaros, o que se comprova nas escassas vezes em que se faz referência aos movimentos independentistas como “massacres” e “acções violentas”.

A narrativa do *Público* atribui aos interesses estadunidenses a “situação de Angola” e constrói sua versão da história relativizando a responsabilidade de António de Oliveira Salazar e do seu regime sobre as relações que se deram naquele dito momento: “teria havido Guerra Colonial se o Golpe Botelho Moniz, o ministro da Defesa aliado com os novos tempos e defensor de uma solução política para as colónias, tivesse vingado? Provavelmente não” (p. 6). No fim da reportagem, o jornal português conclui com uma nota valorativa: adjectivando o regime salazarista como “fenómeno”, a repórter sublinha a resiliência de um império que por 500 anos mantivera aqueles territórios subalternizados: “se os sinais de desagregação do regime já eram evidentes no princípio da guerra, a sua capacidade de durar... com frentes de batalha em vários países africanos é um fenómeno que continuará a ser um manancial para os historiadores” (p. 7). Em momento algum a articulação dos povos colonizados nem a força com que se deram as revoltas que culminaram nas independências anos mais tarde são postas como um “fenómeno” igualmente destacável.

5. CONCLUSÕES: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao fim da reportagem do *Público* há uma entrevista com um politólogo e duas das três questões feitas são: “como é que a guerra colonial e o fim do império marcaram a nossa identidade coletiva?” e “vamos demorar o mesmo tempo a reconhecer os crimes do colonialismo que a Igreja Católica demorou a reconhecer os seus?” (p. 7). Ao refletir-se sobre essas questões à luz das teorias que sustentam este estudo, compreende-se o que Macedo (2016) quer dizer quando afirma que as narrativas nacionais portuguesas estão centradas em glórias, o que inviabiliza uma tomada de postura crítica frente aos acontecimentos de um passado não muito longínquo. Na verdade, o jornal utiliza todo o espaço dedicado à temática centrando-se no discurso salazarista: recorre a artifícios de supressão e nega ou relativiza o protagonismo angolano, ao mesmo tempo em que deixa completamente de fora qualquer discurso crítico ou fonte alternativa que pudessem contrapor ou aprofundar a discussão que é proposta. Além do mais, percebe-se a admiração do diário português perante a dita duração do regime colonial (“capacidade de durar”), quando, na verdade, o que deveria estar em causa, numa cobertura desta efeméride, era a duração de uma guerra que se estendeu por mais de uma década, num contexto em que, de um lado, havia o desejo de independência e de fim do colonialismo e, do outro, a insistência pela manutenção das relações de exploração. Tais pontuações podem ser importantes tónicas para que se discutam as relações pós-imperiais entre Portugal e suas ex-colónias, especialmente no que toca à história comum. Acredita-se que a desnaturalização das narrativas hegemónicas abre espaço a intervenções críticas e à legitimação das lutas por independência — em toda a sua complexidade, assim como é feito com os redesenhos geopolíticos no período pós-colonial.

Historiadores, como aqueles citados ao longo deste estudo (Pinto, 2019; B. Reis, 2020; Wheeler & Pélissier, 2016), recorrem às produções mediáticas como marcadores discursivos em suas narrativas históricas, chamando a atenção para a importância de se analisarem essas produções como forma de compreender mudanças, cambiantes e alterações nas diferentes visões sobre factuaisidades históricas. Nestes casos que aqui se analisaram, pôde-se perceber que estas mudanças acontecem através de um lento processo, visto que discursos imperiais e salazaristas ainda têm espaço acrítico nas narrativas portuguesas que, mais uma vez recorrendo à Macedo (2016), seguem orientadas pelos imaginários coloniais de passado glorioso, expansão e descoberta.

Ao pensar-se o pós-colonialismo como a transposição do colonialismo por outras relações de poder e de subalternidade, como orienta Hall (2001), a partir das conclusões a que se pôde chegar com este estudo exploratório, entende-se Portugal como uma potência imperial que começa a perder sua legitimidade num cenário de questionamento das relações coloniais e cujos territórios sob seus domínios tornam-se alvo da nova potência global, os Estados Unidos. As narrativas portuguesas parecem, pois, estar orientadas pela preocupação com o lugar que a nação vai ocupar na nova ordem, esquecendo quase completamente o necessário posicionamento crítico face a um passado que se impõe sobre o presente, tanto da antiga “potência colonizadora” quanto das ex-colónias. E, por isso, entende-se a necessidade de realizar críticas inscritas nos estudos críticos pós-coloniais

do discurso, uma vez que as narrativas continuam a perpetuar e reforçar visões de favorecimentos, relativizações e manutenção de determinadas relações (Sabido, 2019).

Por fim, é importante insistir na diferença de perspetiva percebida na construção de ambas as narrativas. Numa data tão emblemática, os 60 anos de uma das revoltas que deu início às lutas contrárias ao colonialismo português, pôde-se perceber ainda não uma memória fidedigna dos factos, mas como ambos os jornais, dentro dos seus respetivos contextos, olham para a factualidade, a reconstroem e ressignificam. De forma estratégica, cada um dos diários reconta a efeméride e, com atitude estratégica, como alerta Bhabha (1994/1998), manipulam-se as relações de força, neste caso, a partir da atitude discursiva e narrativa.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Gustavo Freitas realizou a concetualização, análise formal e redação do rascunho original. Ana Teresa Peixinho realizou análise formal e redação – revisão e edição.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. J. L. (2020). A crack in everything: Violence in soldiers' narratives about the Portuguese colonial war in Angola. *History and Anthropology*, 1–20. Publicação eletrónica antecipada. <https://doi.org/10.1080/02757206.2020.1786381>
- Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. (s.d.). *Análise simples*. Retirado a 5 de abril de 2022 de <https://www.apct.pt/analise-simples>
- As milícias da vingança branca. (2021, 11 de março). *Sábado*, 32–45.
- Babo, M. A. (2017). Considerações sobre a máquina narrativa. In A. T. Peixinho & B. Araújo (Eds.), *Narrativa e media: Géneros, figuras e contextos* (pp. 71–102). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1324-6>
- Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura* (M. Ávila, E. L. L. Reis & G. R. Gonçalves, Trans.). Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1994)
- Cunha, I. F. da. (2007). Identidade e reconhecimento nos media. *MATRIZES*, 1(1), 187–208. <https://doi.org/10.11606/jissn.1982-8160.v1i1p187-208>
- Fortunato, S., & Gomes, V. (2021, 15 de março). Protagonistas revivem a revolta de Kitexi. *Jornal de Angola*, 4–5.
- Freitas, L. G. H. de. (2021). *(Novos) Atores no parlamento: A representação de Ventura, Katar Moreira e Cotrim de Figueiredo na produção informativa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo geral. <http://hdl.handle.net/10316/94620>
- Hall, S. (1994). Cultural identity and diaspora. In P. Williams & L. Chrisman (Eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory: A reader* (pp. 392–403). Routledge.
- Hall, S. (2001). When was 'the post-colonial'? Thinking at the limit. In I. Chambers & L. Curti (Eds.), *The post-colonial question: Common skies, divided horizons* (pp. 242–260). Routledge.
- Herman, L., & Vervaeck, B. (2019). *Handbook of narrative analysis* (2.^a ed.). University of Nebraska Press.
- Jackson, T. (2012). Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: Interrogating South-South relations. *Organization*, 19(2), 181–204. <https://doi.org/10.1177/1350508411429395>

- Kim, S. J. (2012). Introduction: Decolonizing narrative theory. *Journal of Narrative Theory*, 42(3), 233–247. <https://doi.org/10.1353/jnt.2013.0002>
- Lits, M. (2008). *Du récit au récit médiatique*. DeBoeck.
- Lits, M. (2015). As investigações sobre narrativa mediática e o futuro da imprensa. *Mediapolis*, 1, 15–29. https://doi.org/10.14195/2183-6019_1_1
- Lopes, A. S. (2021, 15 de março). “Orgulhosamente sós” começámos uma guerra. *Público*, 6–7.
- Macedo, I. (2016). Os jovens e o cinema português: A (des)colonização do imaginário? *Comunicação e Sociedade*, 29, 271–289. [https://doi.org/10.17231/comsoc.29\(2016\).2420](https://doi.org/10.17231/comsoc.29(2016).2420)
- Machin, D., & Mayr, A. (2012). *How to do critical discourse analysis: A multimodal introduction*. SAGE Publications.
- Marion, P. (1997). Narratologie médiatique et médiagénie des récits. *Recherches en Communication*, 7, 61–88. <https://doi.org/10.14428/rec.v7i7.46413>
- Martins, M. de L. (2014). Globalização, língua portuguesa e lusofonia. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15–33). EDUC. <http://hdl.handle.net/1822/29178>
1961. (2021, 15 de março). *Jornal de Notícias*, 37.
- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Editora UnB.
- Mujoco, I. (2021, 15 de março). Nacionalista defende revisão do subsídio dos antigos combatentes e veteranos da pátria. *O País*, 8.
- Pinto, A. O. (2019). *História de Angola: Da pré-história ao início do século XXI* (3.ª ed.). Mercado das Letras.
- Prince, G. (2005). On a postcolonial narratology. In J. Phelan & P. J. Rabinowitz (Eds.), *A companion to narrative theory* (pp. 372–381). Blackwell Publishing.
- Reis, B. C. (2020). Portugal como estado pária nas guerras coloniais tardias. In C. Fiolhais, J. E. Franco, & J. P. Paiva (Eds.), *História global de Portugal* (1.ª ed., pp. 617–623). Temas e Debates.
- Reis, C. (2018). *Dicionário de estudos narrativos*. Almedina.
- Reisigl, M. (2018). The discourse-historical approach. In J. Flowerdew & J. E. Richardson (Eds.), *The Routledge handbook of critical discourse studies* (1.ª ed, pp. 44–59). Routledge.
- Resende, F. (2009). O jornalismo e suas narrativas: As brechas do discurso e as possibilidades do encontro. *Revista Galáxia*, (18), 31–43. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2629>
- Resende, F. (2011). Às desordens e aos sentidos: A narrativa como problema de pesquisa. In G. Silva, D. A. Künsch, C. Berger, & A. Albuquerque (Eds.), *Jornalismo contemporâneo: Figurações, impasses e perspectivas* (pp. 119–138). EDUFBA / COMPÓS.
- Richardson, J. E. (2007). *Analysing newspaper: An approach from critical discourse analysis*. Palgrave Macmillan UK.
- Ricoeur, P. (1983). *Temps et récit. 1. L'intrigue et le récit historique*. Seuil.
- Rocha, J. M. (2019). Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. *Ler História*, 74, 213–238. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.4898>
- Rodrigues, A. D. (2015). Delimitação, natureza e funções do discurso mediático. In A. T. Peixinho, C. Camponez, I. V. N. Vargues, & J. J. Figueira (Eds.), *20 anos de jornalismo contra a indiferença* (pp. 33–46). Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Sabido, R. S. (2019). *The Israeli-Palestinian conflict in the British press*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-52646-5>
- Said, E. (1984). Permission to narrate. *Journal of Palestine Studies*, 13(3), 27–48. <https://doi.org/10.2307/2536688>
- Said, E. W. (2021). *Orientalismo* (P. Serra, Trad.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1978)
- Simões, R. B. de. (2016). *Crime, castigo e género nas sociedades mediatizadas: Políticas de (in)justiça no discurso dos media*. Media XXI.
- Spivak, G. C. (2021). *Pode a subalterna tomar a palavra?* (A. S. Ribeiro, Trad.). Orfeu Negro. (Trabalho original publicado em 1988)
- Wheeler, D., & Pélissier, R. (2016). *História de Angola* (6.ª ed., P. G. S. Pereira & P. Almeida, Trads.). Tinta-da-China.
- Wodak, R. (2005). Discourse analysis (Foucault). In D. Herman, M. Jahn, & M.-L. Ryan (Eds.), *Routledge encyclopedia of narrative theory* (1.º ed., pp. 112–113). Routledge.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Gustavo Freitas (nascido em 1993 em Fortaleza, Brasil) é mestre em jornalismo e comunicação e doutorando em ciências da comunicação, ambos pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desenvolve investigação no domínio dos estudos pós-coloniais, com ênfase nas relações lusófonas, e das representações mediáticas, com ênfase no papel do discurso na construção destas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9497-7220>

Email: gustavofreitas.jor@gmail.com

Morada: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Ana Teresa Peixinho (nascida em 1971 em Coimbra, Portugal) é professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em ciências da comunicação, é professora dos três ciclos de estudos de jornalismo e comunicação. É investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, onde coordena com Clara Almeida Santos o grupo de investigação Comunicação, Jornalismo e Espaço Público. Desenvolve investigação no domínio dos estudos narrativos mediáticos e da análise dos média.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4533-7921>

Email: apeixinho71@gmail.com

Morada: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Submetido: 10/11/2021 | Aceite: 04/04/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.